

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/04/2018

- [Equipe de adoção da Vara da Infância está "defasada", diz supervisora](#)
- [Associações acusam YouTube e Google de práticas ilegais com crianças](#)
- [Tribunal debate a importância da escola no combate à alienação parental](#)

Assunto: Equipe de adoção da Vara da Infância está "defasada", diz supervisora

Fonte: Portal Andi

Data: 13/04/2018



Nos últimos dois anos, ao menos 144 crianças foram adotadas no Distrito Federal. Todas tiveram que passar pela avaliação e acompanhamento de 15 servidores da Vara da Infância do Distrito Federal (VIJ-DF). O grupo é responsável por todo o processo, desde a avaliação das famílias candidatas à lista de espera até o monitoramento dos primeiros meses de convivência entre os entes adotivos. Entretanto, a supervisora da VIJ-DF, Niva Campos, avalia que há "carência de pessoal" para fazer o trabalho.

"As equipes estão muito reduzidas pela quantidade de atribuições que cada vez mais as mudanças na legislação vêm colocando", conta, ao acrescentar que "é muito trabalho e pouca gente". Niva destaca ainda a relevância do serviço tanto para crianças - que sonham em ter uma família - quanto para quem deseja acolhê-las.

"Os tribunais de justiça precisam dar condições para as equipes técnicas conduzirem o trabalho. É muito complicado, mexe muito com o emocional das pessoas envolvidas", admitiu.

Um dos principais desafios da equipe, de acordo com Niva, tem sido incentivar a adoção tardia, ou seja, de crianças maiores de 3 anos. Esta faixa etária representa 91% de todas as 131 presentes no cadastro atual. Das 536 famílias presentes no cadastro atual, 516 têm preferência por crianças de até 3 anos.

Como o Destak mostrou no dia 30 de março, os casos de famílias que adotaram uma criança e depois devolveram mais que dobraram nos últimos anos na capital federal. Em 2016 foram duas desistências, já no ano passado os casos subiram para oito devoluções. Neste ano, em três meses, já foram três ocorrências.

De acordo com a VIJ, duas novas servidoras estão em fase de treinamento. A equipe é responsável por emitir os pareceres técnicos que baseiam decisões judiciais sobre as adoções, realizar estudo psicossocial sobre a adaptação da família, além de gerir a entrada e saída de famílias e crianças do cadastro.

Preparação

Enquanto esperam pela adoção, famílias são orientadas a procurar a ONG Aconchego. A entidade oferece o serviço de preparo para o processo. Formada por 40 voluntários, a organização realiza, há 20 anos, encontros mensais com pais que já adotaram ou ainda aguardam a sua vez. O objetivo é conscientizar sobre a adoção tardia e evitar a temida "devolução" das crianças.

As pessoas que solicitam entrar no cadastro de famílias habilitadas para adoção precisam passar por um curso especializado. Soraya Pereira, presidente da Aconchego, explica que o conteúdo dos encontros são os mesmos que a VIJ-DF trabalha. Entre eles "motivação para adoção" e "desenvolvimento psicoafetivo da criança".

A ONG ainda é a única que realiza um acompanhamento contínuo após a adoção, uma vez que o da VIJ-DF é por tempo determinado.

Assunto: Associações acusam YouTube e Google de práticas ilegais com crianças

Fonte: Portal Andi

Data: 13/04/2018



Associações americanas acusaram na última segunda-feira (9) o YouTube e sua matriz, Google, de coletar dados pessoais de crianças e utilizá-los com fins publicitários, uma prática que consideram ilegal.

Vinte e três organizações de defesa dos direitos digitais e de proteção da infância denunciaram as empresas à FTC, a Comissão Federal de Comércio, e pediram uma investigação sobre tais práticas.

As associações alegam que o Google coleta informações pessoais de menores de idade no YouTube, um site proibido para menores de 13 anos, como sua localização, o aparelho que utilizam para a conexão ou os números de telefones celulares sem informar previamente os pais.

As informações, dizem as organizações, são utilizadas com fins publicitários entre as crianças na internet. Um porta-voz do Google disse que a empresa ainda não teve acesso à denúncia, mas que proteger as crianças e suas famílias é uma prioridade do grupo.

"Há anos que o Google abandonou suas responsabilidades a respeito das crianças e suas famílias, afirmando de maneira enganosa que o YouTube —um site inundado de desenhos animados, canções infantis e publicidade de brinquedos— não está habilitado aos menores de 13 anos", afirma em um comunicado Josh Golin, da Campanha por uma Infância sem Publicidade, uma das organizações denunciantes.

"Google obtém lucros gigantescos com a publicidade para crianças e deve respeitar a COPPA", destaca Golin, se referindo à lei de proteção da vida privada das crianças na internet.

As práticas do Google violariam essa lei de 1998, que "proíbe que um site destinado a crianças que saiba o que as crianças utilizam, colete ou utilize informações sem o acordo prévio dos pais".

"Como o YouTube não é voltado para crianças, fizemos grandes investimentos para criar o aplicativo YouTube Kids, uma alternativa especialmente destinada às crianças" disse o porta-voz do Google.

A desconfiança do público é cada vez maior a respeito da gestão dos dados pessoais dos usuários por parte de grandes empresas de internet como o Facebook, envolvido atualmente em um escândalo relacionado ao uso ilegal de informações de 87 milhões de pessoas.

Assunto: Tribunal debate a importância da escola no combate à alienação parental

Fonte: CNJ

Data: 13/04/2018



O Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove o debate “A escola como aliada no combate à alienação parental”, no dia 24 de abril, das 8h às 12h, no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, no Recife.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no SITE. O evento é destinado a profissionais que atuam nas escolas, como educadores e psicólogos, além de pessoas interessadas na temática.

O objetivo é discutir formas de enfrentar a alienação parental, por ser o ambiente escolar um dos locais em que o fenômeno é frequentemente identificado. As palestras serão ministradas pela chefe do CAP TJPE, a psicóloga Helena Ribeiro; a assistente social Ednalda Barbosa; e a psicóloga Lara Brasileiro, ambas também do Centro de Apoio do Tribunal.

A psicóloga Renata Lima, atuante no Colégio Parnamirim, apresentará um relato de como a instituição trabalha as situações de alienação. A Lei 12.318/2010 define a alienação parental como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou o adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com o genitor.

Entre os sinais da alienação que repercutem no contexto escolar, estão: baixo rendimento, agressividade, frequência irregular, não cumprimento de normas, sonolência, apatia, não participação em atividades festivas, dificuldades de relacionamento e distúrbios alimentares.

Em casos de suspeitas de alienação parental, o CAP/TJPE orienta as famílias a procurarem órgãos de defesa da Infância e Juventude, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública de Pernambuco.

O CAP funciona desde 1992, e vinculado administrativamente ao TJPE, desde 1998. A unidade presta assistência para as 12 Varas de Família e Registro Civil da Capital. Em novembro de 2017, foi lançada a Cartilha de Orientação Contra a Alienação Parental.